

OLIVEIRA, M. S. D. CAMPOS, E. A. ; CECIM, J. F. ; LOPES, F. J. ; SILVA, R. A. . O português afro-indígena e a comunidade de Jurussaca. In: Ornelas de Avelar, Juanito; López, Laura Álvares. (Org.). Dinâmicas Afro-Latinas - Língua(s) e História(s). Ied. Berlin: Peter Lang, 2015, v. 1, p. 149-178.

O Conceito de Português *Afro-Indígena* e a Comunidade de Jurussaca¹

Márcia Santos Duarte de Oliveira²

Ednalvo Apóstolo Campos

Jair Francisco Cecim

Francisco João Lopes

Raquel Azevedo da Silva

RESUMO

Neste trabalho desenvolvemos o conceito *Português Afro-indígena*, relativo às variedades de português popular faladas no Brasil em comunidades rurais que conservam especificidades etnolinguísticas e que “se localizam” dentro de um *continuum* de variedades de português brasileiro [+marcadas], como o português *afro-brasileiro* e o *indígena*. Assumimos que o *afro-indígena* detém características de língua “parcialmente reestruturada”. Para isto, apresentamos alguns estudos, que se encontram em andamento, na comunidade de Jurussaca/PA, centrados na expressão pronominal e na relativização, além das questões voltadas à morfologia territorial da comunidade.

PALAVRAS-CHAVES

Português afro-indígena; Jurussaca; português vernacular brasileiro

ABSTRACT

¹ Agradecemos aos pareceristas pelas importantes sugestões que contribuíram para que pudéssemos melhorar a redação final do texto. Desnecessário, contudo, dizer que os problemas que persistem são de nossa inteira responsabilidade.

² Márcia Oliveira é Professora-Doutora/Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisadora da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – Projeto 2012/06078-9; Ednalvo Campos é Professor-Doutor da Universidade Estadual do Pará (UEPA); Jair Cecim é Professor-Doutor da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança (UFPA); Francisco João Lopes é Doutorando da USP; Raquel Azevedo da Silva é orientanda de Iniciação Científica da USP. Os autores integraram a equipe de pesquisa do Projeto-Piloto IPHAN/USP na área quilombola de Jurussaca/PA e foram/são orientandos da Professora Márcia Oliveira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Contato: FFLCH/USP: Av. Prof. Luciano Gualberto 403, Cidade Universitária. CEP: 05508-900, São Paulo, SP. E-mails: marcia.oliveira@usp.br; ednalvoc@yahoo.com; jcecim@gmail.com; lopes.francisco@usp.br; raquel-letras26@hotmail.com

In this work we develop the concept of Afro-indigenous Portuguese as concerning the varieties of Portuguese spoken in rural communities in Brazil which preserve ethno-linguistic specificities and "are inserted" within a continuum of [+ marked] varieties of Brazilian Portuguese such as the afro-Brazilian and indigenous Portuguese. We assume that the afro-indigenous language bears features of "partially restructured" languages. In support of this, we present some undergoing studies, in the community of Jurussaca/PA, focusing on pronominal expression and relative structures, in addition to other questions related to territorial morphology of the community.

KEYWORDS

African indigenous Portuguese; Jurussaca; Brazilian Vernacular Portuguese

I. INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, a partir da década de 1960, e a criação de projetos integrados de pesquisa, vê-se surgir, nas universidades, um movimento fortemente empenhado em descrever a gramática da variedade de português falada no país, ao mesmo tempo que se cotejavam as variedades brasileira e portuguesa, firmando daí a dicotomia PB/PE^{3/4}. Para a definição do PB (variedade culta, falada por pessoas com formação universitária – noção presente nas bases do projeto NURC) o parâmetro escolaridade foi tomado como a ‘fronteira’ que o delimita e o coloca em oposição ao PVB (Português Vernacular Brasileiro), ligado às variedades de língua faladas pela maior parte da população analfabeta ou quase analfabeta rural e, também, por populações urbanas, pertencentes aos estratos sociais mais baixos. O estudo dessas variedades nacionais deu lugar à dicotomia: PB/PVB.

Dessa situação soliolinguística vigente no país, Bortoni-Ricardo (1985) alega ser atraente a ideia de expor as variedades existentes em um ‘espectro hipotético’ que vai do vernáculo rural até o padrão urbano das classes superiores. Nasce daí a proposição de um *continuum* dialetal das variedades de português faladas no Brasil, seguido mais tarde pelos estudos de Mello (1996), Petter & Oliveira (2012), entre outros.

Paralelamente aos estudos que cunharam as definições PB e PVB, o grupo de pesquisadores ligados ao Projeto Vertentes, da UFBA, propuseram o *Português Afro-brasileiro* para as variedades faladas por comunidades baianas remanescentes de

³ A respeito do movimento linguístico de que originou os estudos sobre a gramática do PB, Castilho (2002, p. 9) aponta como razão, a criação de veículos apropriados para o embate das ideias (fundação da Associação Brasileira de Linguística, em 1969), o envio de bolsistas para o exterior, a instalação progressiva dos programas de pós-graduação em linguística e em língua portuguesa nas universidades brasileiras, e, ainda, a criação de revistas nas décadas posteriores.

⁴ As abreviaturas e símbolos estão ao final do trabalho.

quilombos, descritas como comunidades que passaram por um processo particular de aquisição de língua, definido como *Transmissão Linguística Irregular* (LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009). Além disso, há no Brasil diversas comunidades indígenas que falam o português como L₂ – cuja variedade é descrita como *português indígena*.

Neste artigo, voltamo-nos à variedade de português falada por uma comunidade quilombola no Estado do Pará – Jurussaca –, que tanto poderia se encaixar nas definições acima, de PVB, quanto de português afro-brasileiro, mas acrescenta um terceiro traço: *a miscigenação afro-indígena*. Assim, revisitamos o conceito de *Português Afro-indígena* – apresentado em Oliveira *et al* (s/d) – relativo às variedades de português popular faladas no Brasil em comunidades rurais que conservam especificidades etnolinguísticas e que “se localizam” dentro de um *continuum* de variedades de “português brasileiro” [+marcadas]. Baseados ainda na morfologia territorial de Jurussaca, que se assemelha aos aldeamentos indígenas Timbira, ratificamos a hipótese de que os grupos indígenas que contribuíram para a formação do povo de Jurussaca pertençam ao grupo Jê (CECIM, 2014, p. 19).

Este trabalho está organizado em quatro seções além desta introdutória. São dois, no entanto, os nossos objetivos centrais: (i) a proposição do *português afro-indígena* para comunidades que, como Jurussaca, têm sua sociohistória ligada à miscigenação *afro-indígena*, argumentando em favor da inclusão do *português afro-indígena* juntamente às variedades [+ Marcadas] no *continuum* dialetal de português – seção (2); (ii) a apresentação de dados da comunidade de Jurussaca centrada em análises da expressão pronominal, evidenciando também uma descrição inicial da relativização – seção (3). Nas “considerações finais” – seção (4) –, apresentamos estudos linguísticos que, até então, vistos como pertencentes a análises do “português afro-indígena amazônico”, podem ser parte da subvariedade “português afro-indígena”. Na seção (5) são inseridas as referências bibliográficas.

2. O Português *Afro-Indígena* e a Comunidade de Jurussaca

Neste trabalho, e nesta seção, corroboramos o conceito de um tipo de português popular rural que guarda especificidades etnolinguísticas e que “se localiza” dentro de um *continuum* de variedades de “português brasileiro” como se vê em Campos (2014: capítulo 1). O conceito de português afro-indígena se difere do que vem sendo chamado

na literatura de “português afro-brasileiro” (LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009) e ainda de “português indígena” (FERREIRA, AMADO & PROTTI, 2014).

(1)

Atente o leitor para o conceito de português afro-brasileiro:

Uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro) [...]

Lucchesi (2009: 32)

Do significativo conceito “português afro-brasileiro”, ratificamos as noções de: (i) comunidades rurais remotas; (ii) populações cuja maioria é descendente direta de escravos africanos. Voltaremos a estas noções ao argumentarmos acerca do português *afro-indígena*. Antes disso, no entanto, apresentamos o conceito de português indígena:

(2)

Interessada fundamentalmente na cultura interacional dos professores indígenas (pertencentes a nove grupos étnicos distintos) por ela observados, Maher (1996, 1998) empenhou-se em descrever o funcionamento sociopragmático do que denominou “português índio” [...] teve todo o cuidado de explicitar o seu recorte [...] “falar de um português Índio é, de um certo modo, uma generalização: mais correto seria falar em português Apurinã, português Kaxinawá, português Shawãdawa, etc... Cada uma destas variedades tem, certamente, a sua especificidade” (Maher 1996: 212). E, poderíamos acrescentar, essa especificidade permanece via de regra desconhecida, pois não são muitos os estudos acerca do produto das situações de contato linguístico vivenciadas por indígenas bilíngues. Santos (2005: 153) lembra que “se pouco se tem descrito das variantes regionais do português nacional, muito menos se sabe das variantes do português indígena”. De outra parte, mostram-se também bastante limitadas as informações sobre o processo de aquisição do português brasileiro como segunda língua por povos indígenas, fato já apontado por Amado (2009: 30) e Koga, Souza e Amado (2010: 209). Embora ainda constituam um conjunto pequeno de trabalhos, as pesquisas acerca de variedades do português brasileiro empregadas por comunidades indígenas já vêm trazendo contribuições interessantes para as investigações acerca das mudanças vinculadas ao contato entre línguas, ao mesmo tempo em que vêm revelando fenômenos linguísticos que permitem uma melhor caracterização da diversidade linguística nacional. Em um projeto pioneiro, uma equipe de pesquisadores coordenada por Rosa Virgínia Mattos e Silva coletou dados do português-Kamayurá por meio de conversas livres com bilíngues, bem como do registro de narrativas, entre agosto e setembro de 1969 (v. Silva 1988). [...]

Christino & Silva (2012: 418)

Do também significativo conceito “português indígena”, ratificamos as noções de: (i) “falar de um português índio”; (ii) segunda língua dos povos indígenas; (iii) cada uma destas variedades, tem, certamente, a sua especificidade.

Após as considerações sobre português afro-brasileiro e indígena, retomamos nossa primeira proposta de conceituar o português *afro-indígena*:

(3)

Português Afro-Indígena

Uma variedade vernacular do português brasileiro falada por comunidades de fala ‘aquilombadas’. Destacamos que tais comunidades não são apenas as “terras de preto”, mas ainda as “terras indígenas” e as “terras mistas” como se dão no norte do Brasil. Nestas sociedades, verificam-se, como traços marcantes: (i) nas “terras de preto”: uma descendência de africanos; (ii) nas “terras indígenas”: etnias que perderam ou estão por perder por completo suas línguas maternas, mas mantêm seus laços identitários; (iii) nas “terras mistas”: comunidades aquilombadas no norte do Brasil cuja formação étnica é negra e indígena. Nestes três tipos de “terras” o português é traço de identidade e nossa hipótese é que cada comunidade de fala traga suas marcas específicas devendo cada uma delas, na medida do possível, ser inventariada.⁵

Oliveira *et al* (s/d)

Oliveira *et al* (s/d) unem-se ainda a outros autores a fim de ratificarem que as comunidades de fala de português afro-indígena – quilombolas – caracterizam-se, entre outros fatos, por laços de parentesco e auto-atribuição, além de repartirem um território e religiosidade em comum – ver, entre outros, (ARRUTI, 2006; PINTO, 2011; CUNHA, 2011a).

Do conceito *português afro-indígena*, em sua primeira versão, proposto por Oliveira *et al* (s/d) em (3) ratificam-se as noções de: (i) comunidades aquilombadas; (ii) “terras de preto”; (iii) “terras indígenas”; (iv) “terras mistas”. Em Oliveira *et al* (s/d), aponta-se, pela primeira vez (até onde se sabe), a necessidade de se diferenciar a fala de comunidades quilombolas do norte do Brasil⁶ da de outros “falares rurais marcados”⁷ como os explicitados por meio dos conceitos em (1) – português afro-brasileiro – e em (2) português indígena.

Seguindo na direção de Oliveira *et al* (s/d), neste trabalho, ratificamos que os conceitos de português vernacular rural: “português afro-indígena” em (1) e “português indígena” em (2) não abarcam variedades vernaculares rurais como as do “tipo Jurussaca” pelos principais fatos:

- (i) inúmeras comunidades “isoladas”⁸ no Brasil, como Jurussaca, não podem ser ditas descendentes apenas de escravos africanos (como se afirma para

⁵ Sobre “terras de preto”, ver (CUNHA, 2011a, p. 221); sobre “terras indígenas”, ver (CHRISTINO & SILVA, 2012, p. 417-420).

⁶ Tomamos, para tal, a comunidade de Jurussaca como exemplo.

⁷ Sobre “falares rurais marcados”, ver nossa proposta de *continuum* em (5), nesta seção.

⁸ Chamamos a atenção aqui para o termo “isolada”. Referimo-nos a isolacionismo cultural e não, necessariamente, a isolacionismo geográfico.

comunidades ligadas ao conceito “afro-brasileiro” apresentado em (1)). Diferentemente, comunidades como Jurussaca, além de descenderem de escravos africanos, descendem também de grupo(s) indígena(s) como apresentado em Cecim (2014: capítulo 1, sub-seção 1.1.2) – ver ainda seção 1 neste trabalho;

- (ii) o português vernacular rural que é falado por comunidades como as de Jurussaca, embora também de formação indígena, não pode, no entanto, ser conceituado como “português indígena” pelo fato de, diferentemente do “português indígena”, não ser uma variedade de português do tipo L₂. Em outras palavras, falantes de comunidades como as de Jurussaca falam uma variedade de português L₁.

A primeira proposta de conceito de “português afro-indígena” que se vê em (3), no entanto, será reformulada neste trabalho unindo-se às propostas delineadas por Oliveira & Praça (2013) e Praça, Araujo & Oliveira (2013).

Oliveira & Praça (2013) cotejam pela primeira vez a comunidade de Jurussaca, de autodenominação afro-brasileira, com a comunidade de Almofala (Tremembé, CE), autodeclarada indígena. Os Tremembé do Ceará têm múltiplas comunidades, conforme apresentam as autoras. No entanto, a comunidade de Almofala, foco do cotejo com Jurussaca, cuja formação aponta para o século XVIII, liga-se a índios reunidos em torno de uma missão religiosa e que, posteriormente, estiveram envoltos a miscigenação com afrodescendentes (MARTINS 2012: 1).

Oliveira & Praça (2013) propõe um traço de caráter etnográfico em meio às comunidades afro-indígenas: as “festas de sincretismo religioso”. Estas festas, segundo as autoras, são fortes marcas cristãs-católicas ligadas ao Brasil Colônia escravocrata que unem esses tipos de comunidades rurais de português L₁. Logo, entre os Tremembé, por exemplo, atesta-se a dança do Torém, particularmente na comunidade de Almofala, cuja ‘memória’, segundo Nascimento (2001: (1.1.)), está ligada à própria igreja da comunidade; em Jurussaca a “Festa de Todos os Santos” (CECIM 2014: 29-32) é a mais tradicional e atesta-se forte ligação aos primórdios da penetração católica na “colônia brasileira” – ver sobre “ladainhas” em Cecim (2014: 62-69). Praça & Oliveira (2013) advogam, portanto, que Jurussaca, por meio da Ladainha, e Almofala/Tremembé, por

meio do Torém, sejam “sub-tipos” de marcas cristãs-católicas do tipo “português afro-indígena”.⁹

Praça, Araujo & Oliveira (2013) ampliam o cotejo apresentado por Oliveira & Praça (2013) entre as comunidades de Jurussaca/PA e Almofala (Tremembé, CE), juntando ao grupo a comunidade de Ano Bom¹⁰, Golfo da Guiné (oeste da África). Antes de apresentarmos esse cotejo, é necessária uma breve consideração no sentido de esclarecer a razão que motiva os autores a inserirem uma comunidade africana em um contexto de português rural brasileiro.

Araujo *et al* (2013: nota 5) atestam que, no século XVII e XVIII, na ilha de Ano Bom, surge uma variedade do português como “língua litúrgica” (*apud* GRANDA 1985). Os autores citam duas possíveis razões que propiciaram o aparecimento dessa variedade: (i) a presença do clero na Ilha (com seu poder de difusão do instrumento linguístico oficial, a língua portuguesa) e (ii) a manutenção do modelo da língua-alvo para a população local. Com o passar do tempo e a ausência do clero, o isolamento da comunidade e da língua, e mais a tradição oral, essa “linguagem” se manteve viva por meio da *sociedade das viúvas*. Segundo Araújo *et al* (*op cit*), citando (GRANDA, 1985), os textos orais recolhidos comprovam que essa linguagem empregada nas cerimônias em Ano Bom é uma variedade híbrida com muitos elementos do crioulo *fa d’ambô*, do português, com algumas palavras latinas e também influenciadas pelo ambiente ecolinguístico da comunidade.

A partir das informações que se apresentam em Araujo *et al* (2003) sobre “língua litúrgica”, Praça, Araujo & Oliveira (2013) propõem a “linguagem de ritual” como uma característica etnográfica e etnolinguística que perpassa as línguas do contato no “mundo Atlântico”. Chamam a atenção para o fato de que, tal como em Ano Bom, no português afro-indígena, como em Jurussaca e em Almofala/Tremembé, as “linguagens cerimoniais” – atadas às “festas de sincretismo religioso” (tipos “ladainhas” e tipos “torém”) – tratam-se de variedades ‘híbridas’ que podem apresentar palavras do português quinhentista, palavras do latim, palavras do português moderno, palavras de

⁹ Portanto, há muitas comunidades com “festas-ladainhas”, ‘similares’ às de Jurussaca, assim como há muitas comunidades com “festas-torém/torén” ‘similares’ às de Almofala/Tremembé. Subjaz a essas festas um português rural L₁, que, segundo Oliveira & Praça (2013), possivelmente tenha como um de seus substratos “Língua(s) Geral(is)”.

¹⁰ Ano Bom é uma ilha pertencente à República da Guiné Equatorial (RGE). A origem da comunidade de Ano Bom remonta aos primeiros escravos forros de São Tomé e Príncipe. Nessa ilha fala-se a língua crioula *fa d’ambô* – ver Araujo *et al* (2013: 25, 26).

línguas africanas, palavras de línguas indígenas¹¹ e ainda serem influenciadas pelo ambiente ecolinguístico da comunidade (como o que se atesta nas *cerimônias das viúvas* em Ano Bom.)

Em face aos desdobramentos acerca das questões etnolinguísticas discutidas em Praça & Oliveira (2013) e Praça, Araujo & Oliveira (2013), retomamos nossa primeira proposta de conceituar o *português afro-indígena* em (3), revisitando-a em:

(4)

Português Afro-Indígena

Uma variedade vernacular rural de português brasileiro L₁ falada por comunidades envoltas em miscigenação afro-indígena, mas que selecionam politicamente o termo “afro” ou “indígena”. Exemplificam-se as comunidades de Jurussaca/PA (autoidentificada como comunidade quilombola, logo “afro”) e Almofala-Tremembé/CE (autoidentificada como comunidade indígena, mas não “afro”).

Além da característica de “português L₁”, o português afro-indígena atesta as seguintes outras características: (i) festas de sincretismo religioso que se subdividem em dois subtipos: (a) subtipo “ladainhas” (como em “Jurussaca”); (b) subtipo “torém/torén” (como em “Almofala/Tremembé”); (ii) linguagens cerimoniais (ex.: ladainhas; a música cantada na dança do torém/torén).¹²

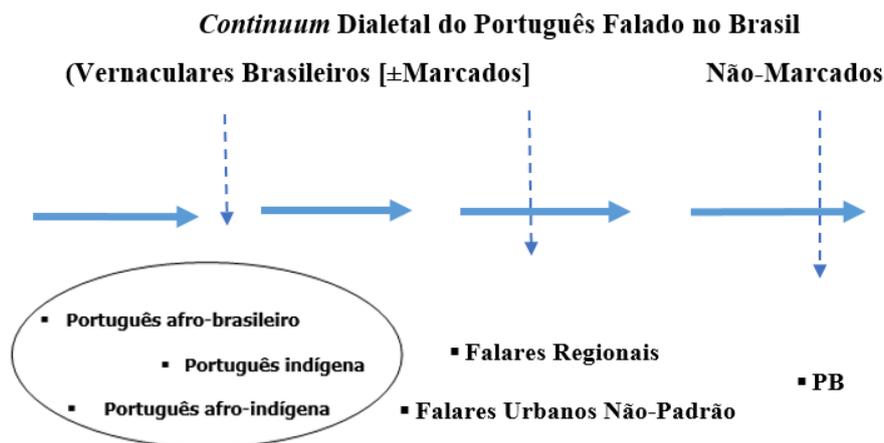
A variedade de português afro-indígena compartilha com as variedades de português afro-brasileira e indígena a característica de localizarem-se ao extremo [+ Marcado] do *continuum* dialetal de português; difere, no entanto, da variedade indígena, por ser esta L₂ por definição, e da afro-brasileira, por esta variedade não contemplar o traço de miscigenação indígena.

A seguir, apresentamos, em (5), o *Continuum* Dialetal de Português Falado no Brasil – Campos (2014) – enfocando o *locus* das variedades [+ Marcadas]: o português afro-indígena, o afro-brasileiro e o indígena.¹³

¹¹ Nesse aspecto, os autores chamam a atenção para o papel fundamental da(s) Língua(s) Geral(is) como um dos substratos do português afro-indígena.

¹² As festas de sincretismo e as linguagens cerimoniais estão intimamente relacionadas no *português afro-indígena*. Atente-se que as “cerimônias” realizadas nessas comunidades rurais brasileiras são paralelas e compatíveis, porém independentes das realizadas pelo sacerdote da igreja católica. Este mesmo fato foi atestado para a comunidade de Ano Bom – ver Araujo *et al* (2013: 28) – o que une consideravelmente o “mundo” do contato Atlântico e, em particular, essas comunidades sob enfoque.

¹³ Campos (2014: subseção (1.4.2); figura renumerada.)



Segundo Campos (2014: 55), a sigla PB não é suficiente para abrigar todas as variedades de falares brasileiros. A referida sigla acaba por ficar restrita à modalidade escrita da língua com aproximação da que é falada por pessoas de maior escolaridade, oriundas das classes sociais mais abastadas. O português de Jurussaca – afro-indígena, como ratificamos neste trabalho – se alia ao afro-brasileiro das comunidades baianas, analisado por Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009), entre outros, e ao indígena, apresentado por Ferreira, Amado & Christino (2014), entre outros. Essas três variedades compartilham o traço de variedades [+ Marcadas] no *continuum* por apresentarem características etnolinguísticas específicas se comparadas, por exemplo, aos “falares regionais” e aos “falares urbanos não padrão”, situados ao centro do *continuum* e considerados, portanto, em relação àquelas variedades [- marcados].

Na próxima seção apresentamos características linguísticas do português afro-indígena de Jurussaca, que tomamos como exemplificação para esta variedade [+Marcada] de português.

3. O Português de Jurussaca

Na seção anterior, revisitamos o conceito de *Português Afro-indígena*, daqui em diante, *PAfroInd*, sob uma perspectiva etnolinguística. Nesta seção nossa argumentação centra-se em fatores linguísticos.

Estudos atuais enfocando o processo de formação histórico-linguístico da sociedade brasileira levaram pesquisadores a lançar olhar diferenciado sobre as origens do PB – e de outras línguas do chamado “fenômeno do contato”. Seguindo na direção contrária dos que insistem em buscar explicações para as especificidades do português brasileiro partindo do sistema gramatical da variedade europeia (tida como o paradigma

para os estudos de comparação), surge um conjunto de estudo sob um viés de perspectiva comparada, baseado em dados reais de fala, não só das chamadas “línguas completamente reestruturadas” (as crioulas) ou “parcialmente reestruturadas” (como o português brasileiro),¹⁴ envolvidas com o contato na complexa cadeia de transmissão linguística de África para o Brasil, mas também os dos seus substratos africanos (diretos ou ancestrais) – ver Baxter (2009), Petter (2009) e Figueiredo (2010), entre outros.

Oliveira *et al* (s/d), que antecedem este “paper”, se inserem na referida agenda acima, observando que o português brasileiro apresenta características que se diferem das do europeu. Mas também atestam que o português brasileiro, apesar de apresentar similaridades com as línguas crioulas também se difere destas. Esses autores, assumem, portanto, que o que chamamos neste trabalho de *PAfroInd* detém características de língua “parcialmente reestruturada”. Corroboram um *continuum dialetal de português vernacular brasileiro* e inserem o *PAfroInd* em um de seus extremos, fato este que ratificamos (ver seção anterior, figura (5)). Logo, nesta seção, dividida em duas partes, objetivamos uma apresentação de dados da comunidade de Jurussaca, centrada em análises da expressão pronominal. Cotejamos dados do *PAfroInd* com outras variedades brasileiras e ainda com outras línguas em contato.

3.1. *A Expressão Pronominal no PAfroInd em Cotejo com Outras Variedades Brasileiras*

A fim de cotejarmos a expressão pronominal de Jurussaca com a gramática do PVB e do PB, buscamos um quadro pronominal adaptado das gramáticas publicadas no Brasil recentemente (BAGNO, 2011; CASTILHO, 2010 e PERINI, 2010).¹⁵

¹⁴ Sobre línguas reestruturadas – ver Holm (2004).

¹⁵ Optamos por construir um quadro baseado nas gramáticas do PB contemporâneo (BAGNO, 2011; CASTILHO, 2012 e PERINI, 2010). Os termos [+/-monitorado] foram retirados de Bagno (2011, p. 746) para o PB. Bagno, no entanto, utiliza [+/-monitorado] apenas para a segunda pessoa. Nossa decisão ao apresentarmos dois quadros com base nos padrões de monitoramento para todas as pessoas gramaticais distingue-se da de Bagno, ainda que nem todas as ‘pessoas’ passem por variações relativamente ao uso. O pronome *eu*, por exemplo, não sofre variação em nenhum registro na função nominativa, mas, defendemos, a partir da intuição de dois dos autores desse trabalho, falantes das variedades do Rio de Janeiro e de Belém do Pará, que a expressão *a gente* é passível de variação de acordo com o traço [+/-monitoramento]. Sobre o comportamento binário do traço monitoramento, ainda é importante esclarecer que o consideramos apenas para o PB e o PVB. O *PAfroInd* é considerado por nós [-monitorado] em função de sua colocação no *continuum* de português (cf. Seção 2, (5)).

Quadro 1 – Variedades [+ Monitoradas] de PB/PVB

Pessoa	PB [+monitorado]			PVB [+monitorado]		
	Nom	Acus	Dat	Nom	Acus	Dat
1ª. sng	eu	me	(átono) me	eu	me	(átono) me
			(tônico) mim			(tônico) mim
2ª. sng	tu você, o senhor, a senhora	te lhe	(átono) te	tu você, 'ocê, cê o senhor, a senhora	(átono) te lhe	(átono) te
			(tônico) ti prep + você o senhor, a senhora		(tônico) tu você	(tônico) ti prep+ você o senhor, a senhora
3ª. sng	ele, ela	o, a [Ø]	prep + ele, ela	ele, ela	ele, ela	prep + ele, ela
1ª. Plr	nós a gente	nos	(átono) nos	nós, a gente	nós	nós
			(tônico) prep + nós			
2ª. Plr	vocês	vocês	prep + vocês, os senhos, as senhoras	vocês	vocês	prep + vocês, os senhos, as senhoras
3ª. Plr	eles, elas	os, as	eles, elas	eles, elas	eles, elas	eles, elas

Quadro 2 – Variedades [-monitoradas] de PB/PVB/PAfroInd

Pessoa	PB [-Monitorado]			PB [-Monitorado]			PAfroInd		
	Nom	Acus	Dat	Nom	Acus	Dat	Nom	Acus	Dat
1ª sng	eu a gente	me	(átono) me	eu, a gente	me	(átono) me	eu a gente	me	(átono) me
			(tônico) mim			(tônico) mim			
2ª sng	tu você, ocê, cê senhor senhora	te lhe	(átono) te	tu, você, ocê, cê senhor senhora	te	(átono) te	tu, você, ocê, cê senhor senhora	(átono) te lhe	(átono) te
			(átono) ti			(tônico) ti		(tônico) você	(átono) ti
3ª sng	ele ela	ele, ela [Ø]	(tônico) ele, ela	ele, ela	ele, ela	ele, ela	ele, ela	ele, ela	ele ela
1ª plr	nós a gente	(átono) nos	(átono) nos	nós, a gente	nós, a gente	nós, a gente	nós a gente	(clítico) nós	(clítico) nós
		(tônico) a gente	(tônico) a gente					(tônico) nós a gente	(tônico) nós a gente
2ª plr	vocês, senhores senhoras	vocês, senhores senhoras	vocês, senhores senhoras	vocês, ocês, cês senhores senhoras					
3ª plr	eles, elas	eles, elas	eles, elas	eles, elas, eis	eles, elas	eles, elas	eles, elas, eis	eles, elas	eles, elas

Nos quadros acima, apresentamos um resumo das ocorrências pronominais no português brasileiro nas variedades que compõem o *continuum* pronominal de

português. Como informado anteriormente, baseamo-nos nas gramáticas contemporâneas e em Campos (2014) para o *PAfroInd*. Em seu estudo, Campos destaca aspectos particulares à comunidade de Jurussaca. Desse trabalho abordamos alguns itens:

- (i) a completa ausência de clíticos de **terceira pessoa** (*o, a, lhe*), como se pode ver no quadro 2;
- (ii) o estatuto do pronome **nós** e sua colocação pré-verbal;¹⁶
- (iii) o estatuto dos pronomes atemáticos **eu** e **ele** em construções como: *eu não sei eu; ele é de cobre ele*;
- (iv) o clítico inerente e o clítico atemático: o estatuto morfossintático do pronome **lhe** em construções como: *ele deu-lhe nela*;
- (v) o emprego da pro-forma pronominal ‘**essa uma**’.

Sobre o item (ii), Campos (2014) destaca o comportamento particular da forma de primeira pessoa do plural **nós** [‘nOs] acusativa e dativa como um aspecto inovador do português afro-indígena de Jurussaca. Nos exemplos que se seguem (em uma tentativa de reprodução aproximada da fala) o pronome é apresentado com o acento gráfico, marcando a ‘aparente’ tonicidade. O autor, no entanto, analisa-o como pronome clítico, a partir do comportamento sintático que apresenta, fixando-se à esquerda de seu ‘hospedeiro’.

▪ **Nós** [‘nOs] – Complemento acusativo e dativo

- (6) Eles [**nós**]_{AC} duaru mil reais
- (7) Sempre, aqui eles [**nós**]_{AC} chamavam assim...
- (8) O Lula [**nós**]_{DT} deu essa uma que nós tava precisando
- (9) aí *nós* viemus pra cá, chegando aqui o Castamba [**nós**]_{DT} deu aquele pedacim pra mim com a Valmira
- (10) *nós* ia ajudar elas e elas [**nós**]_{AC} ajudava
- (11) sempre, aqui eles [**nós**]_{AC} chamavam assim...

¹⁶ Atente o leitor, portanto, para o fato de que é a “colocação” desse pronome que aponta para a particularidade dessa forma no *PAfroInd*, pois ao se olhar para o *Quadro 2*, “aparentemente” o “nós” é similar a outras variedades.

Nos exemplos (6) a (11), todas as ocorrências de **nós** [ˈnɔs] como complementos acusativo e/ou dativo têm colocação pré-verbal, semelhante à colocação proclítica das frases finitas que ocorrem nas línguas românicas, exceto no português europeu. No entanto, o padrão fonológico de **nós**, é semelhante a um DP lexical, o que contrasta com o de um “verdadeiro clítico”, numa assimetria entre o comportamento sintático e o prosódico da pro-forma pronominal.

Nos exemplos (9) e (10), com períodos compostos, veem-se a dupla ocorrência do pronome **nós**: (i) a ocorrência nominativa (*nós* viemos pra cá/*nós* ia ajudar elas) e (ii) a ocorrência dativa e acusativa (o Castamba *nós* deu.../elas *nós* ajudava). Isto é intrigante, pois, paralelamente a essas duas possibilidades, o mesmo pronome também ocorre com a colocação pós-verbal, comum ao PVB:

(12) não, ainda num veio cum **nóis** aqui

(13) ...é por isso que *es* queria muntar em cima de **nóis**...

Uma breve análise fonológica dos dados revelou que em todas as funções sintáticas em que ocorre a pro-forma, ela tem as seguintes características:¹⁷

- (14)
1. **Nós** Nominativo – a forma fonética do pronome é [ˈnɔs ˈnɔis ˈnɔh ˈnɔi]
 2. **Nós** Clítico - a forma fonética desse clítico é [ˈnɔs ˈnɔis ˈnɔh]
 3. **Nós** Complemento – a forma fonética é idêntica às anteriores: [ˈnɔs ˈnɔis ˈnɔh]

Portanto, como se pode observar, na 1ª pessoa do plural, as formas do nominativo, do acusativo/dativo e do oblíquo são idênticas. Não há a distinção fonológica entre /nós/ ‘nominativo’ e /nos/ ‘não nominativo’ como há no PB, com a oposição em que /ɔ/ e /o/ constituem pares mínimos (/ɔ/ ≠ /o/).

Sobre clíticos e DPs lexicais, a literatura aponta que:

- (i) os clíticos têm comportamentos diferentes dos DPs lexicais, no que se refere às suas propriedades de colocação e de movimento – enquanto DPs lexicais ocupam posição de base, os clíticos pronominais, movem-se para posições derivadas;
- (ii) eles não compartilham as mesmas propriedades de colocação no domínio nas línguas românicas;

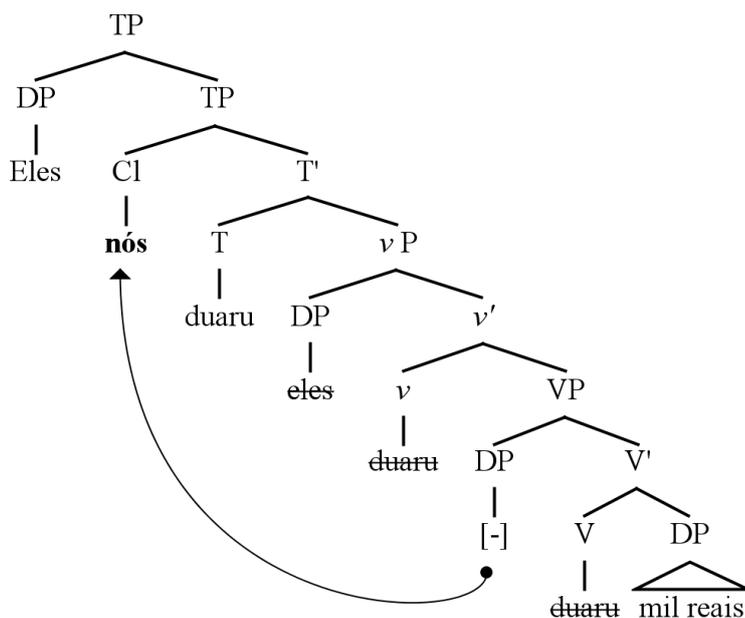
¹⁷ A análise fonológica dos dados foi feita por Del Vigna (2014).

(iii) as múltiplas propriedades dos clíticos ora como núcleos (X^0 s), ora como categorias sintagmáticas, com projeções altas (DPs) ou (NPs) são propriedades com alto grau de variação entre as línguas.

O padrão de colocação pronominal clítica nas línguas românicas é bastante variável. As análises presentes na literatura já propuseram diferentes estruturas para essas línguas. Kayne (1991), por exemplo, propôs para o francês e o italiano, uma operação de movimento de núcleo à esquerda de V (*Cl-V*). Já a proposta de Uriagereka (1992), distingue-se da de Kayne, ao considerar os pronomes clíticos de primeira e segunda pessoas e ainda o reflexivo como pronomes ‘clíticos fortes’ que não se movem como núcleos, mas como sintagmas e que se adjungem não diretamente ao núcleo da categoria funcional que os hospedam, mas à sua projeção máxima.

Assim, a assimetria observada na variedade *Afro-indígena* de Jurussaca quanto ao comportamento do pronome de primeira pessoa – **nós** – levou Campos (2014) a formular a hipótese de que a neutralização entre as formas “nós” e “nos” pode ter ocorrido em algum estágio da Fala de Jurussaca, acarretando a homofonia das duas formas. A forma ‘não nominativa’ que, aparentemente, deixa de ser átona e comporta-se como um clítico forte, nos termos de Uriagereka, se move como um DP, adjungindo-se ao núcleo da categoria funcional em T, posição, pré-verbal, preferida dos clíticos pronominais do PB.

O exemplo (6): “*Eles [nós]_{AC} duaru mil reais*”, seguindo a proposta de movimento do clítico (forte) como um DP, teria a seguinte configuração:¹⁸



¹⁸ Retirado de Campos (2014, p. 156).

- As construções com pronomes atemáticos no português Afro-indígena de Jurussaca.

Outra particularidade da expressão pronominal de Jurussaca (e também atestada em muitas áreas no Norte do país) diz respeito à ocorrência de pronomes pessoais na ‘periferia à esquerda’ de sentenças.

(14) eu não sei não **eu**

(15) ele é de cobre **ele**

(16) ele é 5/5 **ele** [o forno]

(17) custou 5 mil reais só oforno, [Ø] é cobre **ele**

(18) ele já andou pelo Rio de Janeiro tudo **ele**

As construções de (14) a (18), no entanto, não são exclusivas da variedade afro-indígena de Jurussaca, mas ocorrem também em áreas da periferia da cidade de Belém.

(19) [Ø] tava precisando de dinheiro **eu**¹⁹

Em construções como (14)-(18) e (19), os pronomes marcados são sintaticamente atemáticos. Pensamos que precisam ser analisados a partir da interface *sintático-discursiva*, voltada para a questão de argumentação e ênfase.

Paralelamente às construções acima, também é bastante comum o uso de pronomes não temáticos os quais são ‘inerentes’, ou parecem estar ‘cristalizados’ à raiz verbal, como verdadeiros afixos:

(20) ele deu-**lhe** nela

(21) ela é daqui, ela nasceu e se criou-**se** aqui

- As pro-formas pronominais ‘esse um’, ‘essa uma’

(22) olha... **essa uma**...ocorre todo ano [a festa]

(23) eu acho que **essa uma** é que num conta mais nada... porque ela tá muito velhinha.

(24) é partido assim no meio, só que **essa uma** o partimento dela é um banheiro que tem no meio [a casa], agora **essas uma** vieru cum banheiro fora...

(25) ... e chegaru no Maranhão, de lá **esses um** partiru pra cá

¹⁹ Exemplo retirado de gravação de áudio de programa televisivo de Belém/PA. Na ocorrência, a repórter entrevista, na delegacia, um réu, suspeito de ter cometido um furto.

(26) ... pois olha, **aquela uma**... eles fizeram **esta uma**... ele agarrou mandou aumentar tudinho [a casa]

Campos (2014) analisou as expressões **esse um**, **essa uma**, **aquela uma**, muito recorrentes no português *afro-indígena* de Jurussaca, como pro-formas pronominais dêiticas e/ou referenciais de terceira pessoa.

Ainda segundo Campos (op. cit.), as pro-formas de Jurussaca parecem apresentar uma simetria sintática com a pro-forma *one*, do inglês, analisada por Déchaine & Wiltchko (2002) (D&W, daqui em diante). As autoras revisitaram o estatuto categorial dos pronominais clíticos e propuseram uma nova tipologia para dar conta da descrição das pro-formas pronominais da língua ameríndia *Halkomelle*: são as categorias pro-DP, pro-ΦP e pro-NP.

D&W (2002, p. 419) propõem que pro-DPs são sempre argumentais, pro-ΦPs são argumentais e/ou proposicionais e pro-NPs funcionam unicamente como predicados/proposições. Em inglês – uma língua que não possui clítico sintático (argumental ou predicativo) – segundo Déchaine & Wiltchko, a proforma pronominal *one* é um exemplo de pro-NP em função predicativa (19):²⁰

(27) The red [car]_i is more expensive than the yellow [**one**]_i (pro-NP)

- *Quanto às evidências de esse(a) um(a) como pro-NP*

Como argumentam D&W, NPs são categorias que têm a sintaxe dos nomes e, portanto, espera-se de uma categoria com esta etiqueta que ela possa seguir um determinante, um quantificador ou um modificador: *the one*, *someone*, *the real one*.

Assim como o proforma NP *one*, do inglês, o proforma **um(a)** do português, pode seguir um determinante e um quantificador, mas tem algumas especificidades:

- (i) é especificado por traço distintivo de gênero: (*esse/aquela um/ essa/aquela uma*)
- (ii) é especificado por traço distintivo de número, mas, contrariamente, ao gênero, é expresso apenas sintaticamente: (*esse um - esses um / essa uma - essas uma*)

Ressalta-se, no tocante às formas pronominais clíticas, que o sistema *Afro-Indígena* de Jurussaca tem comportamento muito parecido aos outros sistemas PVB já descritos, principalmente com relação à *ausência dos clíticos de terceira pessoa* – ver (PAGOTTO, 2007, p. 469).

²⁰ Exemplos retirados de Déchaine & Wiltchko (2002, p. 428, renumerado).

3.2. A Expressão Pronominal no *PAfroInd* em Cotejo com Línguas em Contato

Oliveira *et al* (s/d) buscaram explicações para ocorrências verificadas no que denominamos *PAfroInd*, comparando usos deste com os do cabo-verdiano (língua crioula). Mostraram também um início de comparação com o português de Angola, afirmando que essas duas línguas apontam para o contato linguístico com o português brasileiro, especificamente o *PAfroInd* (PJ para os autores). Oliveira *et al* (s/d) propuseram ainda que, para um melhor entendimento das características e do comportamento diacrônico do *PAfroInd* –, e do português brasileiro como um todo, são necessárias mais investigações e comparações com línguas envolvidas com o contato linguístico nos processos da chamada cadeia de transmissão linguística de África para o Brasil.

Na linha de pensamento de Oliveira *et al* (s/d), Figueiredo & Oliveira (2013), partindo de dados reais de fala, procederam ao cotejo dos sistemas de pronominalização do *PAfroInd* (PJ para os autores) e do português do Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul, Angola (doravante PLB), concluindo acerca da necessidade de enfoques sob novos olhares para se compreenderem as motivações que determinam a aproximação no uso de pronomes entre as duas regiões – sobretudo os clíticos – e, por extensão, entre Angola e o Brasil.^{21/22}

Concomitantemente a Figueiredo & Oliveira (2013), Oliveira, Jorge & Figueiredo (2013) e Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair) dão início a uma investigação de perspectiva gerativista, em versões minimalistas (Chomsky, 2000, 2001, 2008), voltadas para a ideia de variação no léxico, centrados no clítico argumental ‘lhe’ cotejando o *PAfroInd* (PJ para os autores) e o PLB. São exemplos como os abaixo em que Oliveira, Jorge & Figueiredo (2013) e Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair), centram sua argumentação:

(28) [1] PLB:

lhes mandam arrebentar os armazéns [JERANH5]^{23/24}

²¹ Neste trabalho, contudo, não sentimos a necessidade de resenhar Figueiredo & Oliveira (2013), pois a maioria de suas conclusões acerca da pronominalização centram-se no PLB. As conclusões desses autores, no tocante a pronomes pessoais no *PAfroInd*, nós as “condensamos” no quadro 2 desta seção. Figueiredo & Oliveira (2013) baseiam-se em Oliveira, Campos & Fernandes (2011).

²² Para uma melhor compreensão acerca do Libolo/Angola e sua importância etnolinguística, ver Figueiredo & Oliveira (2013: 118-123).

²³ Os nomes dos informantes não são fornecidos para salvaguarda da sua identidade.

²⁴ Os dados do PLB são de Figueiredo & Oliveira (2013: exemplos (37) e (60)), reenumerados.

(29) [2] PLB:

Controliá ela p’ela num andar à toa na rua, **lhe** dar banho [ALJERM1]

(Controlá-la para ela não andar à toa na rua, dar-lhe banho – PE)

(30) [6] PJ:

Eu digo: “Não, roça uma roça que eu vou **lhe** ajuda prantá, carpiná, fazê farinha...”

(Oliveira, Campos & Fernandes, 2011: 136)

Oliveira, Jorge & Figueiredo (2013) e Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair) enfatizam seu olhar nos clíticos não reflexivos acusativo/dativo 3ª pessoa, que têm proporcionado intenso debate na literatura no português brasileiro – ver Galves (2011), entre outros, por exemplo – em virtude de estabelecerem diferenças significativas relativamente ao português europeu. No PLB, as duas funções acusativa/dativa são representadas por “*lhe(s)*”,²⁵ – ver dados (28) e (29) acima.

Oliveira, Jorge & Figueiredo (2013) e Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair) afirmam que, na literatura, sob a perspectiva gerativista de princípios e parâmetros, aspectos morfossintáticos do português brasileiro puderam ser apontados. No entanto, os trabalhos continuaram acompanhando as alternâncias “clássicas” (dos estudos em línguas românicas) de flexão e de caso em suas abordagens. Enfatizam ainda que, na “ótica” desse conjunto de pesquisas o ponto de partida dos estudos estabelecia o PE como a variedade para as comparações com o PB. Tomando um caminho diferente, Oliveira, Jorge & Figueiredo (2013) e Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair) assumem o desafio de demonstrar que as instâncias da variação estão concentradas em operações responsáveis pelo licenciamento de variedades de uma mesma língua ou de línguas em contexto de contato. Para esses autores, portanto, dados como os (28), (29) e (30) com “*lhe*” é uma questão referida não a Caso, nem a concordância – logo não se trata de questões interpretativas da fase da derivação argumental da sentença. Para os autores, dados como os em (28), (29), (30) têm explicação ligadas à:

[...] instanciação de um determinado traço *default* o qual [...] pode apontar para a combinação, em núcleos nominais, de traços formais distintivos, que os torna ativos para a computação, em determinadas fases da derivação, mas não em outras. Assim sendo, o que propomos aponta, em essência, para o seguinte: não se elidem valores casuais, buscam-se, no inventário de traços postos à disposição pela GU, morfemas que caibam na estrutura sintática linear. Tal ideia aqui apontada encontra, ainda, a de

²⁵ Figueiredo & Oliveira (2013: 155, nota de rodapé 58) atestam também, no PLB, outras variantes fonológicas da forma “*lhe*”, que pode ser realizada como “*le*”.

que Caso é, caracteristicamente, a explicitação de uma determinada restrição: se uma determinada restrição é ativa na língua, um determinado Caso não aparece abertamente (Calabrese, 1995).

Por fim, fica a ideia da necessidade de se reverem propriedades de línguas reestruturadas/parcialmente reestruturadas; do PLB, de crioulos e que tais, para que se afaste a ideia de perda, de agramaticalidade, de não interpretabilidade de determinados elementos lexicais, aspectos esses que parecem distantes das perspectivas gerativistas acerca da gramática universal e dos sistemas de interface (Chomsky, obras citadas).

Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair: seção 4)

Por fim, gostaríamos de argumentar e de ratificar, de acordo com Figueiredo, Jorge & Oliveira (a sair) em prol da necessidade de se reverem propriedades de línguas reestruturadas/parcialmente reestruturadas como as do PLB e as variedades [+marcadas] do *continuum* dialetal brasileiro (e dos crioulos) para que se afaste a ideia de perda, de agramaticalidade, de não interpretabilidade de determinados elementos lexicais, bem como da sintaxe propriamente dita (*narrow syntax*).

3.2.1. A Relativização no PAfroInd

Nesta sub-seção em que tratamos da expressão pronominal no PAfroInd com outras línguas em contato, objetivamos, ainda, apresentar uma primeira descrição da relativização no PAfroInd (SILVA, 2011). São duas as razões que nos levam a inserir o estudo de Silva (2001) nesta sub-seção: (i) as relativas ligam-se à expressão pronominal por meio do “pronome relativo”; (ii) uma forma de pronome relativo no PAfroInd aponta ligações com língua do contato. No entanto, é importante dizer que o estudo preliminar de Silva (2001) prevê, para esta variedade de português, em sua maioria, uma ligação com as descrições e análises já amplamente desenvolvidas para o PB/PVB.

Antes de considerar, portanto, o estudo de Silva (op cit.), apresentamos um breve resumo das sentenças relativas restritivas que representam a variante padrão (relativamente ao padrão de português europeu (PE) e português brasileiro (PB)):²⁶

- (i) há um *gap* (*uma posição vazia, um vestígio*) na sentença encaixada (subordinada), ou seja, não se observa, na encaixada, presença de pronome *resumptivo* (independentemente de a 'função' ser 'sujeito'; 'objeto direto'; 'objeto indireto' etc). Em (31), exemplificamos o *gap*, representado por espaço, na sentença relativa, “copiadora”:

(31) O rapaz [com quem Joana trabalha _] é da ilha de São Nicolau

²⁶ Ver Tarallo (1993a, b), entre outros.

- (ii) Há *pied-piping* (PP+DP) relativamente a constituintes com Caso oblíquo (grosso modo: OI; sintagmas locativos; os que indicam posse/origem etc.). Em outras palavras, não há 'ausência' de preposição (cortadora); nem constituintes descontínuos, com *resumptivo* na encaixada (copiadora) como se observa no exemplo em (31) acima em que há *pied-piping* do sintagma preposicional.²⁷
- (iii) Em muitas construções, o pronome relativo 'que' não sofre restrições; no entanto outros pronomes relativos também são usados em correspondência às 'funções' e 'traços', como: 'quem', 'em que' etc. Observe o exemplo em:

(32) O professor [que mais admiro _] não está mais na Universidade

- (iv) As características estruturais (i)-(iii) acima correspondem à *estratégia relativa* considerada *canônica*: a construção de uma relativa implica o movimento sintático – *movimento-wh* (de um constituinte), no caso, o constituinte relativo que é movido para uma posição à esquerda da sentença encaixada, deixando, no seu lugar de origem, um vestígio (*gap*). As estratégias não canônicas são chamadas “cortadora” e “resumptiva”, que são exemplificadas pelos exemplos (33) e (34) a seguir:

(33) O caderno [que Jonas comprou _] é enorme (*cortadora*)

(34) A aluna [que o professor falou dela] é bem inteligente (*resumptiva* ou *pronome lembrete*)

Em (SILVA, 2011) observa-se que, no *PAfroInd*, as sentenças com antecedente nominal são introduzidas por pronome relativo *que* em lugar do uso do pronome relativo acompanhado da preposição, tendência, portanto de variedades do português brasileiro de modo geral, como apontado nas características (ii) e (iii) acima. Observe os dados do *PAfroInd*.²⁸

(35) *Rocinha é um local **que** tem umas manguera...* (PB – **em que**)

(36) *Essas véia **que** eu tô falando* (PB – **de quem**)

(37) *Mas é uma coisa que eu tenho muito... é a única coisa **que** eu tenho inveja dos ôto é isso, né, que é muito feio.* (PB – **de que**)

O estudo de Silva (2011) aponta que, além de “que”, outros pronomes relativos também ocorrem no *PAfroInd*. No entanto, estes são restritos às relativas do tipo ‘livre’,

²⁷ Em estratégias não canônicas, a sentença (31) seria proferida como o exemplo (33), sem *pied-piping* do sintagma preposicional, ou como o exemplo (34), com a presença de um pronome resumptivo (lembrete).

²⁸ (SILVA, 2011, dados (1), (2), (3), renumerados).

ou seja, uma relativa sem antecedente – sobre relativas livres ver (NEGRÃO, 1994). Observe os exemplos:²⁹

(38) (...) *ele morava em Capanema mas antes ele morava **aonde** tem uma mangueirona grossa, bem ali **onde** ele passa no carro que tem pra lá da casa da tia Marizete (...)*

(39) *É porque de tudo tem que... diz que de tudo existe **na onde** é... remanescente de quilombo, né. Tem pajé, tem parteira, tem tudo.*

(40) (...) *eu não sei as pessoa, né, a... a... **quem** mora aqui porque [das vêz] (...)*

Observa-se que há uma variação livre entre os usos dos pronomes relativos **onde**, **aonde** e **na onde**, fato este típico de todo o *continuum* do português falado no Brasil. No entanto, chamamos ainda a atenção para o sintagma **na onde** que liga-se a dados de variedades de português rural [+ Marcadas] (ver seção 2, (5)). É interessante apontarmos, com relação a **na onde**, a possível relação com o que chamamos, neste trabalho, de “mundo Atlântico”. Atente o leitor para o mesmo sintagma “na onde”, atestado no crioulo de Cabo Verde, exemplificado abaixo na variedade caboverdiana de São Nicolau:³⁰

(41)

N'	ondê	bzot	otxa	es	katxor	bnit?
em	onde	2PL.NOM	achar-PST	DEM	cachorro	bonito

“Na onde que vocês acharam esse cachorro bonito?”³¹

A similaridade entre as formas “na onde” atestada no *PAfroInd* e no caboverdiano pode ser explicada por meio do contato linguístico. Durante os séculos XVII e XVIII, principalmente, os portos de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé foram usados como entrepostos para o tráfico negreiro entre África e a Colônia brasileira pelos portugueses. Este fato evidencia uma intensa experiência linguística entre os escravos que vieram para o Brasil com a população desses lugares, população essa falante de línguas crioulas de base portuguesa desde o século XVI.^{32/33}

²⁹ (SILVA, 2011, dados (4), (5), (6), renumerados.)

³⁰ Lopes (2012: 74); dado 38, renumerado.

³¹ A tradução livre para o português é nossa.

³² É preciso atentar ainda para o fato de que os navios negreiros muitas vezes ficavam ‘meses’ ancorados nesses entrepostos – ver (MELLO, 1996: 71).

IV. Considerações Finais

Neste trabalho em que revisitamos o conceito de português afro-indígena, argumentamos em favor de uma análise tripartite de português falado no Brasil, partindo de uma variedade culta, denominada PB, para duas sub-variedades de PVB, não-cultas. Logo, baseados em um *continuum* apresentado na figura (5) – seção (2) – corroboramos 3 tipos de falares no Brasil:

- PB [não marcado] {modalidade falada com aproximação da escrita}
- PVB [- marcado] {falares regionais/ urbanos não-padrão}
- PVB [+ marcado] {português afro-brasileiro; indígena; afro-indígena}

Ratificamos as sub-variedades *português afro-brasileiro*, *indígena* e *afro-indígena* de PVB [+ marcadas]. Centrando-nos na sub-variedade português afro-indígena – *PAfroInd* –, propusemos características etnográficas para esse tipo de falar vernacular rural. Quanto às “especificades” linguísticas desse falar, apresentamos os principais resultados das primeiras investigações, baseados em descrições e análises do sistema pronominal da comunidade de Jurussaca: em cotejo com outras variedades brasileiras e em cotejo com duas línguas em contato com o *PAfroInd* de Jurussaca (atestadas na literatura) – o caboverdiano e o português falado no Libolo/Angola. Os resultados dessas pesquisas atestam que, aparentemente, o *PAfroInd* de Jurussaca não se apresenta diferente o suficiente de outros falares brasileiros, principalmente se se observa o quadro em 2 (seção (3)). No entanto, diferenças são atestadas, como destacamos por meio do comportamento particular da forma de primeira pessoa do plural **nós** acusativa e dativa – sem dúvida um aspecto inovador do *PAfroInd* atestado em Jurussaca. Outra questão apresentada nos estudos liga-se à aproximação do *PAfroInd* com línguas do contato, como se percebe nas aproximações com estudos com línguas africanas – crioula do oeste africano e com o próprio português falado em Angola³⁴ (em interação com uma língua africana do contato (o quimbundo)).

³³ Chamamos a atenção do leitor para o fato de que os escravos que foram trazidos para o Brasil tiveram fortes ligações com essa área do Atlântico, devido ao conhecido sistema chamado ‘plantation’ (plantação) – ver Arends (1994).

³⁴ Neste texto, tomamos o português falado na África e as línguas crioulas de base portuguesa na África como línguas do continente africano.

Neste texto, no entanto, não apontamos, para além das características etnográficas, características linguísticas que pudessem corroborar o “contato indígena” no falar ora proposto: *PAfroInd*. Em primeiro lugar, deixamos claro ao leitor que, ao não trazermos ao texto tais características, explicitadas por meio da fala de Jurussaca, que tomamos por exemplo para a variedade neste trabalho, não significa que elas não possam ser oferecidas. Não o fizemos neste trabalho, por estas características linguísticas ligadas ao contato indígena em Jurussaca ainda não terem sido alvo de pesquisas naquela comunidade. Contudo, ao final deste trabalho, queremos indicar a pesquisa pioneira de Regina Cruz (UFPA) entre 4 comunidades rurais paraenses, conhecidas como “área de Cameté” e denominadas no estudo de Cruz (op cit.) como português afro-brasileiro amazônico.

Cruz (1996) apontou 4 características fonéticas do português afro-brasileiro amazônico: (1) as alterações entre as líquidas; (2) as vogais posteriores; (3) as construções clíticas; (4) os ideofones. O que queremos destacar nestas linhas acerca das inúmeras partes importantes da pesquisa da autora – que não se resume somente aos textos que enfatizamos – são os ideofones³⁵ em Cameté. Cruz (2000) aponta as 4 comunidades estudadas como formadas por escravos fugidos da época do Brasil Colônia e o seu estudo sobre os ideofones dessas comunidades apresenta uma característica fonológica que o distingue do português amazônico típico: ausência de sons bilabiais. Logo, essa seria uma marca de identidade muito forte dessas comunidades, segundo Cruz (2000: 229). Essa característica corrobora a historicidade dessas comunidades com os movimentos quilombolas do Brasil Colônia – ligados aos escravos fugitivos do sistema de ‘plantação’ – veja nota 32. Escravos quilombolas desenvolveram uma estratégia de comunicação que envolvia não mexer os lábios, a fim de que fosse difícil para o colonizador português decifrar possíveis mensagens envolvendo rebeliões, fugas, etc. Estaria aí a ausência dos sons bilabiais nos ideofones em Cameté. Uma prova linguística do contato Atlântico. Ratificamos, portanto, a importância de se empreender esforços em se estudar áreas de “interface” e áreas ligadas à fonologia e à prosódia, por exemplo. Como tentamos demonstrar na seção 2,

³⁵“As definições para o termo ideofone na literatura são variadas e nenhuma consegue abranger a heterogeneidade do fenômeno. [...] A definição clássica de Doke (1935: 118-9) considera o ideofone ‘uma representação vívida de uma ideia através do som. Uma palavra, comumente onomatopaica, que descreve um predicado, um qualificativo ou um advérbio em relação ao seu modo, cor, som, cheiro, ação, estado ou sua intensidade. (...)’ – Araujo (2009:24).

não estariam “escondidas” nas linguagens de rituais, investigações ainda não realizadas nessa área?

A essa altura o leitor poderia estar se perguntando: “Mas, de novo, e o elemento indígena’ no *PAfroInd*?” Por que a inserção das pesquisas da área de Cametá ao final desse texto? Essa pergunta seria significativa pois Cruz (2000: 66) enfatiza bastante o contato africano em Cametá: “[...] *Acredita-se que os ideofones enquanto marca lingüística do português regional paraense, e amazônio, seja resquício das falas nativas africanas.*”

Começaríamos por dizer que, no momento em que Regina Cruz inseriu suas pesquisas, seu trabalho foi cunhado dentro da nomenclatura “português afro-brasileiro”. Dentro do escopo de nossa argumentação, a área de Cametá – micro região de Cametá, Rio Tocantins, PA – não tão distante da de Jurussaca, se enquadra perfeitamente dentro do contexto de “português afro-indígena” (abarcando, em sua população, miscigenação afro-indígena).³⁶ Em segundo lugar, e muito significativo em termos linguísticos, citamos também o estudo de Helane Fernandes Melo (UFPA) – Melo (2007) –, alargando o escopo da pesquisa de Cruz (2000), identificando os mesmos ideofones estudados por essa autora para línguas indígenas. Melo (2007), portanto, nos apresenta um quadro fascinante de pesquisa, pois seu estudo, a nosso ver, também pioneiro, nos deixa claro que estamos mesmo diante de um possível quadro de falares vernaculares [mais/menos marcados] e que, no caso de Cametá e de Jurussaca (a ser estudado neste escopo específico) seriam, portanto, casos de *PAfroInd* e não de português afro-brasileiro.

Uma questão que ainda se faz importante esclarecer, refere-se à cisão do PB/PVB. Nesse ponto, deixamos claro que não estamos propondo uma terceira taxonomia, nem achamos desejável que se instaure cisões do PB em *n-taxonomias*. Nossa proposta, no entanto, é a de inserção da variedade vernacular rural *Afro-Indígena* no *continuum* de português, a fim de que se possa ‘olhá-la’ a partir das especificidades etnolinguísticas que tal variedade nos parece apresentar, principalmente sob uma perspectiva do contato entre as línguas que podem ter participado na gênese do PB e/ou PVB.

Ao final deste trabalho, que visa corroborar a proposta de comunidades de fala de língua portuguesa *afro-indígenas* no Brasil, ratificamos as palavras de (FIORIN; PETTER, 2008, p. 11): acreditamos que “[...] *o estudo do encontro do português com*

³⁶ Para detalhamentos sobre a miscigenação afro-indígena em Jurussaca (e no Pará) ver “O negro e o índio na formação do Grão-Pará” em Figueiredo & Oliveira (2013: 110-113).

línguas, povos e culturas africanas e indígenas é fundamental para a compreensão do chamado português brasileiro.”

Abreviaturas e Símbolos:

DP – Sintagma Determinante
[DEM] – Demonstrativo
PAfroInd – Português Afro-Indígena
PB – Português Brasileiro
PE – Português Europeu
PGB – Português de Guiné Bissau
PJ – Português de Jurussaca
PLB – Português do Libolo
[PP] – Sintagma Preposicional
[PST] – Passado
PVB – Português Vernacular Brasileiro
PVBP – Português Vernacular Brasileiro do Pará
[NOM] – Nominativo
NURC – Norma Urbana Culta
[2PL] – 2^a pessoa do plural

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, G. A. (2009). Ideofones na Língua Sãotomeense. *PAPIA 19*, p. 23-37. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2006/1827>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

ARAUJO, G. A.; AGOSTINHO, A. L. dos S.; SILVEIRA, A. C.; FREITAS, S. (2013). Fa d'ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 55, p. 25-44.

ARENDS, J. (1994). The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (Edt). *Pidgins and creoles: An introduction*. Philadelphia, USA: John Benjamins, 15-24.

ARRUTI, J. M. (2006). *Mocambo: antropologia e história dos processos de formação*. Bauru, SP: EDUSC.

BAXTER, A. N. (1992). A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'ANDRADE, E.; KIHM, A. (Eds.). *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri, p. 7-35.

_____. (2009). A concordância de número. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (Eds.), *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, p. 269-293.

BECHARA, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna.

BERLINK, R; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA; M. (2009). Predicação. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do. (Orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*, vol. III. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p. 101-188.

- BONVINI, E. (2008). Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 15-62.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (1985). *The Urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOXER, C. R. (1973). *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Trad. Oliveiro de Oliveira Pinto. São Paulo: Nacional/Edusp.
- BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. (2008). As construções-Q no português brasileiro falado. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – a construção da sentença*, vol 3. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 241- 289.
- CALABRESE, A. (1995). A constraint-based theory of phonological markedness and simplification procedures. *Linguistic Inquiry*, 26(2), p. 373-463.
- CASTRO, Y. P. (2011). *Falares africanos na Bahia (um vocabulário afrobrasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, 19: 65-84.
- CÂMARA JR. J. M. (1969). *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- CAMPOS, E. A. 2014. *A sintaxe pronominal na variedade afro-indígena de Jurussaca: uma contribuição para o quadro da pronominalização do português falado no Brasil*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo.
- CAMPOS, E. A.; SANTOS, E. F. dos. (2011). *A categoria tópico: aproximações entre o português do Brasil e o português de Angola*. Trabalho apresentado no III Simpósio Mundial de Língua Portuguesa – SIMELP. Universidade de Macau, Macau, China.
- CASTILHO, A. T. de. (2006). Apresentação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português falado no Brasil, vol 1 – construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, p. 7- 27.
- CASTILHO, A. T. de. (2002). Texto de apresentação do Projeto de Gramática do Português Falado. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do Português Falado Vol. I: A ordem*. Ed. Unicamp: Campinas, SP, p. 9-24.
- CECIM, J. F. (2014). *O Português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade*. Tese de Doutorado: USP.
- COUTO, H. H. do. (1989). Línguas crioulas e processos crioulizantes nos dialetos rurais. *Estudos lingüísticos XIX*. (Lorena /SP), p. 105-110.
- CHOMSKY, N. (2000). Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, M; URIAGEREKA, J. (Eds.). *Step-by-step. Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 89-155.
- _____. (2001). Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 1-52.

_____. 2008. On phases. In: Robert FREIDIN, R; Carlos P. Otero & Maria Luisa Zubizarreta (eds.), *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*, 133-166. Cambridge, MA: The MIT Press.

CHRISTINO, B. P.; SILVA, M. L. E. (2012). Concordância verbal e nominal na escrita em Português Kaingang. *PAPIA* (22), p. 415-428. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1680/1491>. Acesso em 25 de março de 2014.

CRUZ, R. F. (1996). Aspectos fonético-fonológicos do português afro-brasileiro. *Proceedings of XI Encontro Nacional da ANPOL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística)*. João Pessoa. http://www.ling.su.se/Creole/Papers_On-line.html#Fernandes_Cruz_1.

_____. (2000). *Analyse Acoustique et Phonologique du Portugais Parlé par les Communautés Noirs es de l'Amazonie (Brésil)*. Tese de Doutorado. Université de Provence, França.

CUNHA, A. S. A. (Org.). (2011). *Entendendo quilombos, desconstruindo mitos – a educação formal e a realidade quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF.

CUNHA, A. S. A. (2011a). O lugar da criatividade no mercado, ou como sustentar-se culturalmente. In: MARTINS, R.; PEDROSO, M. G.; CÁDIMA, F. R. (Orgs.). *Espaço público, direitos humanos & multimídia: novos desafios*. Rio de Janeiro: MULTIFOCO, p. 219-225.

_____. (2011b). Apresentação. In: CUNHA, A. S. de A. (Org.). *Entendendo quilombos, desconstruindo mitos – a educação formal e a realidade quilombola no Brasil*. 1 ed. Guimarães, MA: SETAGRAF, v. 1, p. 7-14.

DÉCHAINÉ, R.; WILTSCHKO, M. (2002). Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry*, Vol. 33, Number 3: MIT, 409-442.

DEL VIGNA, D. (2014). Breves considerações fonológicas sobre a 1ª. pessoa do plural na norma de Jurussaca. Ms.

DOKE, C. M. 1935. *Bantu Linguistic Terminology*. London: Longmans/Grenn.

DUARTE, M. I. (1987). *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa.

FERREIRA, R. V.; AMADO, R. de S.; CHRISTINO, B. P. (Orgs.). (2014). Português indígena: algumas reflexões. München: LINCOM Europa. LINCOM Studies in Romance Linguistics 76.

FIGUEIREDO, C. F. G. (2010). A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé): desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional), vols. 1 e 2. Macau: Universidade de Macau - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Português. Dissertação de doutorado.

FIGUEIREDO, C. F. G.; OLIVEIRA, M. S. D. 2013. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA*, 23(2). 105-185. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2078>. Acesso em 15 de maio de 2014.

FIGUEIREDO, C. F. G., JORGE, L. T. L. & OLIVEIRA, M. S. D. (a sair). Clítico argumental “lhe” no português do Libolo: estrutura formal e Caso (abstrato). In Antunes, Gabriel, Márcia S. D. de Oliveira & Paulo J. Pilar Araujo (orgs.), *Português na África Atlântica*. São Paulo: Parábola.

FIGUEIREDO, C. F. G., JORGE, L. T. L. & OLIVEIRA, M. S. D. (em preparação). Clítico argumental “lhe” no português do Libolo: estrutura formal e Caso (abstrato). In Antunes, Gabriel, Márcia S. D. de Oliveira & Paulo J. Pilar Araujo (orgs.), *Português na África Atlântica*. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (2008). Prefácio. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 7-11.

GALVES, C. (1998). Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 34: 19-31.

_____. (2001). *Ensaio Sobre as Gramáticas do Português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

GRANDA, G. de. 1985. Sociolingüística de un microespacio criollo português de África (Annobón). In: de Granda, German. *Estudios de Lingüística Afro-románica*, 141-156. Valladolid: Universidad de Valladolid.

KOGA, A. S.; SOUZA, J. C.; AMADO, R. S. (2010). Aquisição do Português segunda língua pelas comunidades Timbira: descrição e comparação. In: AMADO, R. S. (Org.). *Estudos em Línguas e Culturas Macro-Jê*. São Paulo: Paulistana, p. 205-229.

HOLM, J. (2004). *Languages in contact – the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2009). The genesis of the Brazilian Vernacular: Insights from the indigenization of Portuguese in Angola. *PAPIA 19*, p. 93-122. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2011/18>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

KAYNE, R. (1991). *Romance Clitics, Verb Movement and PRO*. *Linguistic Inquiry*, Vol. 22, N° 4, p. 647-683.

LUCCHESI, D. (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. 1ª. ed. São Paulo: Loyola, v. 1, p. 63-92.

_____. (2006). Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112.

_____. (2009a). Introdução. In, LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 27-41.

_____. (2009b). Conclusão. In, LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 513-546.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador, Bahia: EDUFBA.

MAHER, T. de J. M. 1996. *Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade*. Tese de Doutorado, UNICAMP.

MARTINS, P. R. (2012). Conceição dos Caetanos: Memória e Identidade. In: *Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, vol. 2, n. 1*. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14160/8778>. Acesso em 30 de abril de 2013.

MELO, H. F. F. (2007). *Ideofones: um estudo no Falar Paraense*. Dissertação de Mestrado. UFPA.

MELLO, H. R. (1996). *The genesis and development of Brazilian vernacular Portuguese*. The City University of New York. PhH Thesis.

NARO, A.; SCHERRE, M. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

NASCIMENTO, E. S. do. (2001). *Memória coletiva e identidade étnica dos Tremembé de almofala: os índios da terra da santa de ouro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

NEGRÃO, E. V. (1994). As relativas livres no PB: efeito de conformidade categorial. *Anais de Seminários do GEL* (2), p. 1036- 1042.

OLIVEIRA, M. S. D. de; CAMPOS, E. A.; FERNANDES, J. T. V. (2011). Repensando a escola em Jurussaca a partir da 'norma dos pronomes pessoais da comunidade'. In: CUNHA, A. S. de A. (Org.). *Entendendo quilombos, desconstruindo mitos – a educação formal e a realidade quilombola no Brasil*. 1 ed. Guimarães, MA: SETAGRAF, v. 1, p. 129-144.

OLIVEIRA, M. S. D.; CAMPOS, E. A.; CECIM, J. F.; LOPES, F. J.; SANTOS, E. F.; SILVA, R. A. (s/d). *O português afro-indígena de Jurussaca: o resgate de uma variedade ao conjunto “português brasileiro*. Manuscrito.

OLIVEIRA, M. S. D.; HOLM, J. (2011). Estruturas-QU fronteadas e o ‘foco gramaticalmente controlado’ – a participação de línguas africanas em línguas parcialmente e completamente reestruturadas. *Revista PAPIA 21*, p. 23-38. Disponível em:

<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1717/1528>. Acesso em 12 de abril de 2014.

OLIVEIRA, M. S. D., JORGE, L. T. L.; FIGUEIREDO, C. F. G. (2013). A emergência dos clíticos de terceira pessoa no português europeu, no português falado na África e no português brasileiro. Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística. 30 janeiro/02 fevereiro. Natal, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, M. S. D.; PRAÇA, W. N. (2013). *Para um Cotejo Etnolinguístico entre Comunidades Afro-Indígenas – ‘Jurussaca’ (PA) e ‘Tremembé’(CE), Primeiras Aproximações*. Trabalho apresentado no ‘Workshop’ “Contatos afro-latinos: perspectivas histórico-linguísticas”. Campinas: UNICAMP/IEL.

PETTER, M. M. T. (2008). *Variiedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.

_____. (2009). Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. *PAPIA 19*, p. 201-220. Disponível em:

<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2016/1837>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

PETER, M. M. T.; OLIVEIRA, M. S. D. de. (2011). *Projeto-Piloto IPHAN/USP*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/indl/>. Acesso em: 16/03/2011.

PETTER, M. M. T.; OLIVEIRA, M. S. D. (2012). Novas luzes sobre a descrição do português afro-brasileiro. In: III SIMELP, 2012, Macau. *III SIMELP: a formação de novas gerações de falantes de português no mundo*. Macau: Universidade de Macau, v. 1. p. 403-409.

- PAGOTTO, E. G. (2007). Crioulo sim, crioulo não, uma agenda de problemas. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (Orgs.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas, SP: Pontes, FAPESPS, p. 461-483.
- PERINI, M. A. (2010). *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- PINTO, M. C. B. V. (2011). Remanescentes quilombos de Jurussaca – processos identitários. In: CUNHA, A. S. A. (Org.). *Entendendo quilombos, desconstruindo mitos – a educação formal e a realidade quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF, p. 129-144.
- PRAÇA, W. N.; ARAUJO, G. A.; OLIVEIRA, M. S. D. (2013). *Linguagens rituais: fósseis lingüísticos em Jurussaca, Tremembé e Ano Bom*. Trabalho apresentado no IV Seminário Internacional do Grupo de Estudos de Línguas em Contato – GELIC. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SANTOS, L. A. dos. (2005). Considerações sobre o ensino de português como segunda língua a partir da experiência com professores Wajãpi. *Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º grau indígena 4 (1)*: 149-164.
- SILVA, R. A. (2011). *Primeiras descrições de sentenças relativas do português afrobrasileiro de Jurussaca*. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional do Grupo de Estudos de Línguas em Contato – GELIC – Vitória.
- SILVA, R. V. M. (1988). *Sete estudos sobre o português Kamayurá*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- TARALLO, F. (1993a). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias (Fernando Tarallo – 1951-1992). In: *O Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 35-68.
- _____. (1993b). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX (Fernando Tarallo – 1951-1992). In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (Orgs.). *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 69-106.
- URIAGUERKA, J. (1992). *Issues on clitic placement in Western Romance*. University of Maryland, mimeo.